

**RECURSO ESPECIAL Nº 1.842.298 - MG (2019/0301762-8)**

RECORRENTE : JULITA GONÇALVES DA COSTA  
RECORRENTE : JUVERCI DOS REIS BATISTA  
RECORRENTE : TEREZINHA AUXILIADORA GOMES  
RECORRENTE : TEREZINHA DE JESUS M M KNEIPP  
RECORRENTE : JUDITH PACHECO GOMES  
ADVOGADOS : IPOJUCAN CORREIA AYALA - MG056906  
IPOJUCAN COELHO AYALA - MG121812  
RECORRIDO : FUNDAÇÃO HOSPITALAR DO ESTADO DE MINAS  
GERAIS - FHEMIG  
ADVOGADO : ESTAEL MELO ANDRADE E OUTRO(S) - MG071355

**DECISÃO**

Trata-se de recurso especial interposto por JULITA GONÇALVES DA COSTA e outras, com fundamento no art. 105, inciso III, alíneas *a* e *c*, da Constituição Federal, contra o acórdão proferido pelo TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS.

O recurso tem origem no agravo de instrumento interposto pela Fundação Hospitalar do Estado de Minas Gerais (FHEMIG) contra a decisão que rejeitou exceção oposta à execução da sentença que condenou a ré a fazer a progressão da carreira dos autores de acordo com a Lei Estadual nº 10.961/92 e Decreto nº 36.033/94. Alegava, a agravante, em suma, que as Leis Estaduais nºs 15.462/2005 e 15.786/2005 reestruturaram a carreira dos servidores da FHEMIG, sendo, portanto, esse o marco temporal para o pagamento das diferenças nos vencimentos.

Valor atribuído à causa (fl. 25): R\$ 5.000,00 (cinco mil reais).

O Tribunal *a quo* deu provimento ao recurso, em acórdão assim ementado:

EMBARGOS À EXECUÇÃO - SERVIDORES DA FHEMIG - REESTRUTURAÇÃO DA CARREIRA - LIMITAÇÃO TEMPORAL DO BENEFÍCIO - RECURSO PROVIDO "IN CASU".

O direito dos servidores da FHEMIG de executar as parcelas relativas à progressão horizontal - a eles reconhecida no título executivo à luz da Lei Estadual n.º 10.961/92 e do Decreto n.º 36.033/94 - deve ser limitado à data da reestruturação da carreira determinada pela Lei Estadual n.º 15.462/2005 e 15.786/2005, sem que isto resulte em ofensa à coisa julgada ou ao disposto no art. 741, inc. VI do Código de Processo Civil (fl. 133).

As recorrentes alegam ofensa aos arts. 535, IV, 502 e 508 do CPC/2015.

Sustentam, em suma, que era vedado à FHEMIG alegar, na impugnação ao cumprimento da sentença, proferida em janeiro/2011 (fls.

50-59), fato anterior, que poderia ter sido alegado ainda durante o processo de conhecimento, com vistas à futura compensação, como é o caso do advento das Leis Estaduais n.ºs 15.462/2005 e 15.786/2005, que reestruturaram a carreira dos seus servidores.

Sem contrarrazões ao recurso especial.

É o relatório. Decido.

No julgamento do agravo, na origem, um dos vogais explicita que

(...) a reestruturação da carreira dos servidores ocorrida com o advento das Leis Estaduais n.ºs 15.786/2005 e 15.462/2005, embora anterior à sentença e ao acórdão, não foi matéria debatida na fase cognitiva, de modo que não foi alcançada pela estabilização decorrente da coisa julgada (fl. 137)

A Primeira Seção desta Corte, no julgamento do Recurso Especial 1.235.513/AL, sob o regime dos recursos repetitivos, firmou o entendimento de que a execução do título judicial deve observar o comando da decisão transitada em julgado, não se admitido, na fase de cumprimento/execução, discussão sobre compensações que poderiam ter sido alegadas no processo de conhecimento, e não o foram, sob pena de ofensa à coisa julgada.

Eis a ementa do referido julgado:

PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. RECURSO ESPECIAL REPRESENTATIVO DE CONTROVÉRSIA. ART. 543-C DO CPC E RESOLUÇÃO STJ N.º 08/2008. SERVIDORES DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS-UFAL. DOCENTES DE ENSINO SUPERIOR. ÍNDICE DE 28,86%. COMPENSAÇÃO COM REAJUSTE ESPECÍFICO DA CATEGORIA. LEIS 8.622/93 E 8.627/93. ALEGAÇÃO POR MEIO DE EMBARGOS À EXECUÇÃO. TÍTULO EXECUTIVO QUE NÃO PREVÊ QUALQUER LIMITAÇÃO AO ÍNDICE. VIOLAÇÃO DA COISA JULGADA. ARTS. 474 E 741, VI, DO CPC.

1. As Leis 8.622/93 e 8.627/93 instituíram uma revisão geral de remuneração, nos termos do art. 37, inciso X, da Constituição da República, no patamar médio de 28,86%, razão pela qual o Supremo Tribunal Federal, com base no princípio da isonomia, decidiu que este índice deveria ser estendido a todos os servidores públicos federais, tanto civis como militares.

2. Algumas categorias de servidores públicos federais também foram contempladas com reajustes específicos nesses diplomas legais, como ocorreu com os docentes do ensino superior. Em razão disso, a Suprema Corte decidiu que esses aumentos deveriam ser compensados, no âmbito de execução, com o índice de 28,86%.

3. Tratando-se de processo de conhecimento, é devida a compensação do índice de 28,86% com os reajustes concedidos por essas leis. Entretanto, transitado em julgado o título judicial sem qualquer limitação ao pagamento integral do índice de 28,86%, não cabe à União e às autarquias federais alegar, por meio de embargos, a compensação com tais reajustes, sob pena de ofender-se a coisa julgada. Precedentes das duas Turmas do Supremo Tribunal Federal.

4. Não ofende a coisa julgada, todavia, a compensação do índice de 28,86% com reajustes concedidos por leis posteriores à última oportunidade de alegação da objeção de defesa no processo cognitivo, marco temporal que pode coincidir com a data da prolação da sentença, o exaurimento da instância ordinária ou mesmo o trânsito em julgado, conforme o caso.

5. Nos embargos à execução, a compensação só pode ser alegada se não pôde ser objetada no processo de conhecimento. Se a compensação baseia-se em fato que já era passível de ser invocado no processo cognitivo, estará a matéria protegida pela coisa julgada. É o que preceitua o art. 741, VI, do CPC: "Na execução contra a Fazenda Pública, os embargos só poderão versar sobre (...) qualquer causa impeditiva, modificativa ou extintiva da obrigação, como pagamento, novação, compensação, transação ou prescrição, desde que superveniente à sentença".

6. No caso em exame, tanto o reajuste geral de 28,86% como o aumento específico da categoria do magistério superior originaram-se das mesmas Leis 8.622/93 e 8.627/93, portanto, anteriores à sentença exequenda. Desse modo, a compensação poderia ter sido alegada pela autarquia recorrida no processo de conhecimento.

7. Não arguida, oportunamente, a matéria de defesa, incide o disposto no art. 474 do CPC, reputando-se "deduzidas e repelidas todas as alegações e defesas que a parte poderia opor tanto ao acolhimento como à rejeição do pedido".

8. Portanto, deve ser reformado o aresto recorrido por violação da coisa julgada, vedando-se a compensação do índice de 28,86% com reajuste específico da categoria previsto nas Leis 8.622/93 e 8.627/93, por absoluta ausência de previsão no título judicial exequendo.

9. Recurso especial provido. Acórdão submetido ao art. 543-C do CPC e à Resolução STJ n.º 08/2008.

(REsp 1235513/AL, Rel. Ministro CASTRO MEIRA, PRIMEIRA SEÇÃO, julgado em 27/06/2012, DJe 20/08/2012).

Veja-se também:

ADMINISTRATIVO. SERVIDOR PÚBLICO. REAJUSTE DE 28,86%. LIMITAÇÃO TEMPORAL. REESTRUTURAÇÃO PROMOVIDA PELA LEI 10.355/2001. OFENSA À COISA JULGADA NÃO CONFIGURADA. MATÉRIA QUE NÃO PÔDE SER OBJETADA NO PROCESSO DE CONHECIMENTO. EXAURIMENTO DAS INSTÂNCIAS ORDINÁRIAS.

1. O STJ firmou orientação, no julgamento do REsp 1.235.513-AL, de relatoria do Ministro Castro Meira, Primeira Seção, processado segundo o regime do art. 543-C do CPC, no sentido de que, "nos embargos à execução, a compensação só pode ser alegada se não pôde ser objetada no processo de conhecimento. Se a compensação baseia-se em fato que já era passível de ser invocado no processo cognitivo, estará a matéria protegida pela coisa julgada".

2. No aludido precedente, ficou assentado ainda que "(...) o trânsito em julgado da sentença é critério que não deve ser tomado em termos absolutos. É que, antes mesmo desse fato, é possível que o réu já não possa mais alegar certas matérias de defesa, o que ocorre, por exemplo, com o exaurimento das instâncias ordinárias".

3. In casu, a Lei 10.355/2001, que reestruturou os cargos e carreiras dos servidores previdenciários, é posterior ao exaurimento da instância ordinária, de modo que a compensação com o índice de 28,86% não pôde ser arguida no processo de conhecimento (nessa linha: EDcl no AgRg no AgRg no AgRg no AREsp 12.974/RS, Rel. Ministro Mauro Campbell Marques, Segunda Turma, DJe 11.6.2013; AgRg no AREsp 275.268/AL, Rel. Ministro Humberto Martins, Segunda Turma, DJe 16.5.2013).

4. Agravo Interno não provido.

(AgInt no REsp 1.789.733/RS, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, julgado em 27/08/2019, DJe 25/10/2019).

E, examinando casos idênticos ao presente, as seguintes decisões:

A Primeira Seção desta Corte, no julgamento do Recurso Especial 1.235.513/AL, representativo da controvérsia, pacificou o entendimento de que a execução do título executivo deve ser adstrita ao comando da decisão transitada em julgado, não sendo cabível, em sede de Embargos à Execução, a discussão acerca de possíveis compensações que poderiam ter sido alegadas no processo de conhecimento, sob pena de violação ao princípio da coisa julgada.

(...)

Desta forma, só seria possível a compensação, em sede de execução, se a reestruturação da carreira realizada pelas Leis Estaduais 15.462/2005 e 15.786/2005 fosse posterior à sentença exequenda, o que não é o caso dos autos.

Ante o exposto, com fulcro no art. 932, V, do CPC/2015 c/c o art. 255, §4º, III, do RISTJ, dou provimento ao recurso especial, nos termos da fundamentação, afastando a limitação determinada pelas instâncias anteriores.

(REsp nº 1.807.951-MG, Relator Ministro Mauro Campbell Marques, DJe de 05/08/2019).

7. A Primeira Seção desta Corte, no julgamento do Recurso Especial 1.235.513/AL, representativo da controvérsia, pacificou o entendimento de que a execução do título executivo deve ser adstrita ao comando da decisão transitada em julgado, não sendo cabível, em sede de Embargos à Execução, a discussão acerca de possíveis compensações que poderiam ter sido alegadas no processo de conhecimento, sob pena de violação ao princípio da coisa julgada.

(...)

9. Desta forma, só seria possível a compensação, em sede de execução, se a reestruturação da carreira realizada pela Lei Estadual Mineira 15.462/2005 fosse posterior à sentença exequenda, o que não é o caso dos autos, uma vez que consta do acórdão recorrido, que o trânsito em julgado da ação de conhecimento se deu em 3.9.2009 (fls. 227).

10. Diante dessas considerações, dá-se provimento ao Recurso Especial, para afastar a limitação temporal ao pagamento.

(REsp nº 1.534.888-MG, Relator Ministro Napoleão Nunes Maia Filho, DJe de 02/10/2018).

Ante o exposto, com esteio no art. 255, § 4º, inciso III, do RISTJ, conheço do recurso especial para dar-lhe provimento, afastando a limitação

# *Superior Tribunal de Justiça*

temporal apontada no acórdão recorrido.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 20 de março de 2020.

MINISTRO FRANCISCO FALCÃO  
Relator